



Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/06/2015 - Instituto Telecom

#### Operadoras deixam escolas públicas sem internet

Conexões ruins estão levando escolas públicas do país a contratar acesso privado à internet, denuncia o site Convergência Digital em matéria publicada semana passada. Ou seja, as operadoras não estão cumprindo as metas estabelecidas pela Anatel. O alerta sobre a real situação da banda larga nas escolas já havia sido feito pelo Instituto Telecom em 2012, ao analisar o relatório anual da Anatel de 2011. Na ocasião, cobramos uma melhor avaliação do Programa Banda Larga nas Escolas e informações sobre a velocidade das conexões.

Conforme a matéria do Convergência Digital, levantamento feito por especialistas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte mostra que "o acesso se dá em velocidades tão baixas que o efeito prático é questionável". Ao mesmo tempo, a Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) "identificou em todo o país operadoras regionais que passaram a atender instituições de ensino em razão da baixa qualidade do serviço oferecido por meio do programa Banda Larga nas Escolas".

As operadoras vivem se vangloriando de levar conexões a mais de 84 mil escolas no Brasil, entre urbanas e rurais. É bom lembrar que esta não é uma benesse das concessionárias. O Programa Banda Larga nas Escolas foi criado no âmbito da discussão sobre a troca de metas do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU). Trocou-se a instalação de Postos de Serviços de Telecomunicações pelas obrigações de levar infraestrutura de banda larga a todos os municípios brasileiros e dar conexão gra-

tuita, em velocidades crescentes, a todas as escolas públicas até 2025, data de encerramento dos contratos. Ou seja, são metas contratuais.

O PGMU é parte integrante dos contratos de concessão. E o artigo 110 da Lei Geral de Telecomunicações enumera sete situações nas quais poderá ser decretada intervenção na concessionária. Uma delas é a "inobservância de atendimento das metas de universalização".

A fiscalização do cumprimento das metas cabe à Anatel. Mas se a agência não fiscalizou adequadamente o Programa, dificilmente partiria para uma medida mais forte como intervenção em qualquer concessionária. Isso não a impede, contudo, de, mesmo com atraso, exigir o cumprimento do Programa Banda Larga nas Escolas. A Anatel precisa dar transparência à situação real do programa. É fundamental estipular prazos para o cumprimento das metas e impedir que as concessionárias continuem a divulgar informações inverídicas.

Quando o Governo Federal anuncia um programa de universalização da banda larga no país, fica sempre a esperança de que setores como educação e saúde sejam privilegiados. As redes das quais as operadoras são concessionárias jogam papel estratégico nesse processo. O comportamento das mesmas no Programa Banda Larga nas Escolas deixa a todos nós preocupados sobre a real capacidade, e interesse, das empresas em cumprir metas tão arrojadas como levar banda larga a 95% da população até 2018, com velocidade de 25Mbps.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/06/2015 - Telesíntese

### Anatel deve liberar este mês consulta para pequenos ISPS ficarem sem licença de Wifi

Prestadores de serviço de telecomunição multimídia e de serviço limitado privado poderão ser liberados em caso de uso de radiação restrita e meios confinados.

O conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deve votar ainda neste mês uma proposta do conselheiro Rodrigo Zerbone para flexibilizar a exigência de outorga para uso de espectro por parte de provedores regionais de SCM e SLP.

O texto, que está sendo finalizado, será apresentado nas próximas semanas e prevê a realização de uma consulta pública antes de sua edição final. A intenção do texto, explica Zerbone, é desburocratizar os processos para operação de microempresas do setor e reduzir as barreiras de entrada.

Entre as medidas colocadas no texto estaria a dispensa de projeto da rede aprovado por engenheiro cadastrado na Anatel e regularizado no CREA. A outorga seria dispensada apenas nos casos de rede de radiação restrita e que use meios confinados.

Zerbone ainda não definiu que métrica vai utilizar para definir quais prestadores SCM e SLP estarão dispensados de obter outorga para prestar os serviços de radiação restrita. A tendência, porém, é definir um número máximo de usuários. Ultrapassado esse limite, a empresa deverá realizar o trâmite tradicional de outorga.

A consulta deve determinar os limites para a

atuação da Anatel nestes casos. Segundo ele, a intenção é que, mesmo dispensados de outorga, os pequenos prestadores que recorrerem à radiação restrita deverão fazer algum cadastro na agência.

O texto também vai detalhar os casos que exigirão autorização para uso das frequências licenciadas. "A inexistência de outorga prévia não retira a condição de prestador de SCM, nem o exime dos regulamentos. Ele continua tendo que atender condições, requisitos e deveres, como a LGT e o Código de Defesa do Consumidor", ressalta. Terá, também, de obedecer as regras de uso de equipamentos de radiação restrita. estamos buscando a desoneração da outorga.

Mas tudo ainda pode mudar. Zerbone destaca que a proposta pode ser alterada para, em vez de isentar o ISP de obter outorga, pode exigir que todos obtenham outorga, emitida depois de um rito muito mais simplificado.

A proposta foi apresentada durante a sétima edição do ISP, encontro de provedores regionais da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint). O evento acontece até dia 3 de junho, em São Paulo.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/05/2015 - Carta Maior

### O trabalho no olho do furação: terceirização e pirateamento

A agenda é só uma: precarizar o emprego e reduzir os salários, expropriando os salários para que se amplie a mais-valia absoluta.

O trabalho é o centro da política. Não tanto porque o trabalho determine a política, como devia, mas antes porque a política quer determinar o trabalho e toma essa como uma tarefa prioritária na engenharia social dos nossos tempos.

Repare na agenda dos parlamentos e dos governos. Rapidez na regulamentação da reforma para a terceirização, diz o presidente do Senado brasileiro, Renan Calheiros. Nova lei para despedimentos mais rápidos, diz a Comissão Europeia à Grécia. Flexibilização do "mercado de trabalho", diz o FMI a todo o mundo. A agenda é só uma: precarizar o emprego e reduzir os salários.

Ora, o trabalho mudou e mudou muito desde o final do século XX. Mudou em dois planos. O primeiro tem sido menos notado: a força de trabalho que produz no mercado e para o mercado capitalista duplicou entre 1980 e 2000. Tratou-se de uma modificação colossal, causada pela entrada da China e dos países da ex-URSS na esfera da reprodução ampliada do capital.

Essa alteração do mapa do mundo permitiu produzir mais e mais barato, deslocando centros de produção e fluxos financeiros e embaratecendo o salário. O que criou uma pressão estrutural de desemprego permanente nas economias mais desenvolvidas, o que se vai refletir também na América Latina. É assim que vamos viver nos próximos anos.

Um economista marxista, Costas Lapavitsas, chamou "expropriação salarial" a este processo, que essencialmente consiste numa ampliação da mais-valia absoluta, a exploração direta do trabalho com a transferência de valor do salários para o capital. É uma mudança que terá grandes consequências nos equilíbrios e desequilíbrios mundiais ao longo do nosso século.

O segundo plano em que as normas sociais do trabalho mudaram foi nos avanços da agenda das

"reformas estruturais", nos termos do FMI, e que consistem invariavelmente na redução do salário direto e do salário indireto (através do aumento da carga fiscal ou do custo de bens comuns, como a educação, transportes ou saúde), garantindo-se que se cria uma nova normalidade que exclui a reivindicação dos trabalhadores. Para isso, aumentar o desemprego permanente ou ameaçar os trabalhadores contratados com uma regra de terceirização é um instrumento poderoso e indispensável.

E é aí que entram Calheiros e os seus cavaleiros de alegre figura: eles querem simplesmente desarticular a proteção coletiva que é dada pelo contrato ou, simplesmente, pela existência do sindicato.

Como a CUT e a DIEESE demonstraram, o trabalho terceirizado implica em média mais três horas de trabalho por semana, menos 27% de salário, maior risco de acidente mas, sobretudo, total vulnerabilidade perante o poder patronal. Assim, uma economia baseada em trabalho terceirizado é uma economia sem produtividade, sem inovação e sem competências, mas certamente de trabalho disciplinado, silencioso e temente. O admirável mundo novo que Calheiros anuncia é o regresso aos Tempos Modernos de Chaplin.

Se esta economia de pirateamento pode ou não triunfar, já veremos. Mas, precisamente porque a força de trabalho duplicou no mercado capitalista, há pelo menos alguém que sabe o que está a fazer e que não hesita em utilizar todo o arsenal de destruição social que o poder lhe entrega para as mãos. Se o movimento social e a democracia vão conseguir resistir a estes avanços, isso vai-se decidir em cada momento, como na resistência à lei da terceirização no Brasil ou a uma nova lei dos despedimentos na Grécia.

O mundo está perigoso.







Produção: TET Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/05/2015 - Carta Major

### A corrupção privada cresce como um câncer

O prêmio entregue a cada ano aos funcionários do setor financeiro equivale, praticamente, a um suborno pelo silêncio a respeito da corrupção.

É impressionante como a cada semana se conhecem novas ações judiciais, em várias partes do mundo, contra o setor financeiro, por delitos e irregularidades, sem que se registre uma reação considerável por parte da opinião pública.

É surpreendente, porque isso acontece em meio a uma crise muito grave, com altos índices de desemprego, trabalho precário e um aumento sem precedentes das desigualdades, efeitos causados, em grande medida, pela especulação financeira.

Tudo começou em 2008 com a crise hipotecária e o estouro da bolha dos derivados financeiros nos Estados Unidos, seguido pela explosão da crise da dívida soberana na Europa.

Calcula-se que haverá que esperar ao menos até 2020 para que alguns países consigam recuperar os níveis econômicos existentes em 2008. Isso significa uma década perdida.

Para resgatar os bancos, o mundo gastou algo em torno de quatro bilhões de dólares de recursos vindo das finanças públicas, dinheiro tirado dos contribuintes.

Vejamos um exemplo: esse resgate do setor bancário na Espanha absorveu mais dinheiro que o que foi destinado ao orçamento anual de educação e saúde juntos. E a história continua.

No dia 20 de maio, cinco grandes bancos aceitaram pagar uma multa de 5.7 bilhões de dólares às autoridades dos Estados Unidos, por uma ação de manipulação do mercado de divisas. Os bancos são bastante conhecidos: os estadunidenses JP Morgan Chase e Citigroup, os britânicos Barclays e Royal Bank of Scotland e o suíço UBS.

No caso do UBS, o Departamento de Justiça de Estados Unidos adotou a inusual medida de anular um acordo de não acusação que havia pactado anteriormente, justificando este passo devido aos reiterados escândalos relacionados ao banco. "O UBS tem um prontuário que não pode ser ignorado", disse a promotora Leslie Caldwell.

Trata-se de um desvio significativo das diretrizes que o Departamento de Justiça emitiu em 2008, segundo as quais as consequências colaterais devem ser tomadas em conta nas acusações feitas contra as instituições financeiras.

"A consideração de consequências colaterais está concebida para situações onde há o risco de que uma acusação particular cause um dano desproporcional as acionistas, os titulares dos fundos e os empregados que não são sequer suspeitos nos casos", disse Mark Filip, funcionário do Departamento de Justiça que escreveu o memorando de 2008.

A respeito do caso da gigantesca companhia de auditoria Arthur Andersen, que avalou as falsificadas contas da empresa energética Enron, e que posteriormente declarou falência, Filip disse que "em última instância, a Arthur Andersen nunca foi considerada culpada de nada, mas o simples fato de ter sido acusada a destruiu".

Com o revelador título de "Grande Demais Para Cair", esta foi, aliás, uma garantia de impunidade que não escapou da mira dos administradores do sistema financeiro.

No recente dia 11 de maio, Denise L. Cote, juíza da Corte Federal do distrito de Manhattan, condenou dois grandes bancos, o japonês Nomura Holdings e o britânico Royal Bank of Scotland, por estelionato contra duas instituições públicas de empréstimos imobiliários, conhecidas como FannieMae e Freddie Mac. O esquema funcionava através de créditos hipotecários que continham diversos erros e tergiversações.

Leia mais em:

http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-corrupcao-privada-cresce-como-um-cancer/7/33619







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/06/2015 - Brasil de Fato

# "A maioria dos médicos não se preocupa com o povo da periferia e do campo"

A partir de julho, cidades do interior do Bra'sil receberão médicos vindos de comunidades atingidas por barragens formados em Cuba, através do Programa Mais Médicos.

"Não via a hora de começar a trabalhar. É difícil estudar sete anos longe de casa, voltar para o seu país e ter que esperar todo esse tempo pra poder ajudar o povo de onde você saiu", afirmou o paranaense Everton Walczak.

A expectativa que perdurou cerca de nove meses se dissipou no dia 4 de maio, data de divulgação do edital do governo federal para o Mais Médicos, que selecionou 387 médicos brasileiros formados no exterior.

Na lista dos selecionados, três tem um elemento de suas histórias de vida em comum: são atingidos por barragem. Além de Everton, Michele Christmann, Cristian Tenutti se formaram em medicina na 10ª turma do "Exército de Jalecos Brancos", em julho de 2014, após sete anos de estudos na Universidade de Ciências Médicas de La Habana, em Cuba.

#### Saúde seletiva

Atualmente, o Brasil possui cerca de 400 mil médicos. A maioria está concentrada na região sul e sudeste, atendendo preferencialmente em clínicas particulares. Segundo o Ministério da Saúde, o país tem um déficit de 160 mil médicos. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), a média brasileira de médicos por cada mil habitantes é de 1,8. Em comparação, Cuba possui 6,7 e é o país com mais médicos por habitantes do mundo.

O Programa "Mais Médicos" surgiu para equacionar a falta de profissionais, que afeta principalmente as regiões mais distantes dos grandes centros urbanos. "O programa leva médicos pra onde ninguém quer trabalhar, para locais precários e de difícil acesso, onde a população realmente precisa", explicou Everton.

Uma dessas regiões está localizada em Roraima, onde Everton passará seus próximos dois anos. A partir do dia 6 de julho, o Distrito Sanitário Especial Indígena Leste receberá ele e mais três profissionais pelo Mais Médicos.

Nascido na cidade de Honório Serpa, no sudoeste do Paraná, e ameaçado pela Pequena Central Hidrelétrica Cachoeirinha, o novo destino não será problema para Everton. "Militei desde jovem no Movimento dos Atingidos por Barragens, onde uma das premissas básicas é estar próximo do povo", recordou.

O recém-formado ressalta que a maioria dos médicos que se forma no Brasil não quer ir para cidades do interior ou reservas indígenas e preferem ficar ao redor ou nas grandes capitais. "A maioria dos médicos não se preocupa com o povo da periferia das cidades ou com o povo afastado do campo, muito menos com as áreas indígenas. Esse programa veio para levar saúde de qualidade para esses locais aonde ninguém quer ir", sentenciou.

Segundo a pesquisa, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de cada cem formados em medicina no Brasil, apenas cinco desejam trabalhar em pequenas cidades e somente um quinto dos recém-formados almeja atuar em clínica geral, como nos programas de saúde da família.

#### Elite dos jalecos

Os médicos formados no Brasil são pertencentes a uma elite muito distante da realidade brasileira. Isso é o que aponta uma pesquisa realizada pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo).







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Se você é mulher, jovem e branca, vive com seus pais, nunca trabalhou, sempre estudou em escola privada e fez ao menos dois anos de cursinho para entrar na faculdade, além de ter pais com ensino superior e que ganham acima de dez salários mínimos, você compõe o perfil do seleto grupo dos recém-formados médicos em medicina no Estado de São Paulo, segundo dados do Cremesp extraídos do exame obrigatório para quem deseja atuar no Estado.

Mais Médicos

Os médicos brasileiros com formação no exterior passarão por um período de acolhimento com duração de três semanas em Brasília, entre os dias 5 e 26 de junho. Participarão do programa apenas os profissionais que forem aprovados em avaliação feita durante essa fase.

Até 2014, 14.462 médicos foram enviados para 3.785 municípios, beneficiando 50 milhões de pessoas. Com a ocupação das 4.146 vagas aponta-

das pelos municípios desse novo edital, o governo federal garantirá em 2015 a permanência de 18.247 médicos nas unidades básicas de saúde de todo o País, levando assistência para aproximadamente 63 milhões de pessoas. Serão 4.058 municípios beneficiados, 72,8% de todas as cidades do Brasil, além dos 34 distritos indígenas.

O Programa Mais Médicos também prevê investimento na infraestrutura e formação profissional. São R\$ 5,6 bilhões para o financiamento de construções, ampliações e reformas de 26 mil UBS e R\$ 1,9 bilhão para construções e ampliações de 943 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Em relação à expansão e reestruturação da formação médica, está prevista a criação, até 2017, de 11,5 mil novas vagas de graduação em medicina e 12,4 mil vagas de residência médica para formação de especialistas até 2018, com o foco nas áreas prioritárias para o SUS.